



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 1 |

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 26ª
(VIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 8 DE ABRIL DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Raimundo Ribeiro a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 2 |

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Há número regimental.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

É lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 25ª Sessão Ordinária.

(Leitura da ata.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 66, de 14/04/2010, juntamente com a ata sucinta da 26ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou fazer uso da palavra neste momento para me referir a um assunto que se encontra hoje na página 20 do Diário da Câmara Legislativa, no capítulo “Certidões”.

Nós assistimos, desde 27 de novembro, a vários movimentos em face dos acontecimentos notórios, que todos nós sabemos que estão sendo investigados. Disso resultou um movimento que consideramos muito importante pela mobilização e pela demonstração de contrariedade aos fatos ocorridos e, porventura, às autoridades e às pessoas ali referidas. Esse movimento teve uma importância fundamental na apuração dos fatos, que foi feita inclusive por esta Casa. Estou me referindo àquele grupo de jovens que andaram por aqui, passaram uma, duas, três semanas aqui na Casa num movimento legítimo, muito legítimo.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 3 |

Esse mesmo grupo, ontem, protocolou, ingressou com uma petição aqui inscrevendo dois candidatos para disputarem a eleição indireta para governador e vice-governador. Os candidatos são Tony Panetone e Bezerra de Ouro. Sabemos todos que eles assim procederam como uma forma de exaurimento (*sic*) do movimento deles, que – repito – foi legítimo, correto e muito necessário.

Hoje, deparamo-nos com o Diário da Casa. O requerimento foi protocolado, o primeiro. Todo mundo viu o que aconteceu aqui de manhã. Estou chamando a atenção para a Casa, para os servidores da Casa. Hoje foi publicada a ata com o requerimento do partido que eles idealizaram – repito – para exaurir o movimento deles, o PPN, com o registro e a inscrição de Tony Panetone e Bezerra Dourada, respectivamente, aos cargos de governador e vice-governador do Distrito Federal.

Ora, gente, o que a Câmara fez? Eu aprendi muito cedo na vida, não com a expressão que eu vou dizer agora, que nenhum direito é absoluto, todo direito é relativo, só vai até onde começa o do outro. Então, os direitos, as relações têm de ser harmonizadas. A própria Casa recebe, protocola. Até aí não tem problema algum. Mas, quando ela publica no Diário da Câmara Legislativa, está contribuindo para o achincalhe público, mais uma vez, nada mais do que isso.

O cidadão que assessorou o Presidente ao mandar publicar isso aqui esqueceu as lições preliminares de Direito. Estou dizendo isso porque tem gente lá que é bacharel em Direito, é advogado. O art. 1º do Código Civil diz o seguinte: “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.” Onde está a pessoa dessa inscrição? Apontem-me quem é Tony Panetone? Quem é Bezerra Dourada? Que partido é esse, PPN? Eu sei porque eu li, mas não se disse o que significa. Os outros partidos todos que se inscreveram têm um significado. Esse não.

Não conversei com nenhum Parlamentar, nenhum funcionário, nenhum servidor, nenhum assessor, que eu não tenha feito essa observação. E tem mais: dizer que é obrigado a se inscrever para depois analisar é conversa. Quando um juiz pega uma petição e verifica que ela não atende aos requisitos da lei, ele indefere na hora, manda para o arquivo. Todo mundo sabe disso. Todo advogado, qualquer estudante de Direito do 1º ano, do 1º semestre sabe disso. O art. 295, no inciso II, diz: “A petição inicial será indeferida: (...) II – quando a parte for manifestamente ilegítima”. Eu pergunto: quem é Tony Panetone? Que partido é esse? Dizer: “Ah, eu não sei quem é Tony Panetone, eu não sei quem é Bezerra de Ouro...”. Sabem, porque esse fato é notório! Brasília e o Brasil inteiro sabe. Nós todos sabemos. E o funcionário que contribuiu para isso aqui sabe mais do que qualquer um de nós. Ainda no Código de Processo Civil, o art. 334, inciso I, diz: “Não dependem de prova os fatos: I – notórios”.

Então, o meu discurso é para, uma vez mais, parabenizar o movimento dos garotos e lamentar profundamente que a Casa se preste a um papel desses. Papel



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 4 |

canalha! Quem deu azo a isso cometeu uma canalhice. Não se faz isso com um Poder. Isso é brincadeira!

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, ao chegar aqui, tomei conhecimento do fato também. Ninguém pode desconhecer a legitimidade de qualquer movimento. Cada um pode manifestar seu agrado ou desagrado em todas as situações. Isso eu aprendi inclusive no nosso mundo do Direito. Nós temos de conviver com manifestações inclusive contrárias. Podemos nem concordar com elas, mas temos a obrigação de lutar para que essas manifestações sejam feitas. Agora, uma coisa é a manifestação que as pessoas podem fazer; outra coisa é usar a Casa, usar um Poder, o Poder Legislativo, alvo de constantes críticas, algumas merecidas e outras imerecidas, para debochar da instituição. A publicação desse ato é que me parece que é o ato que merece uma reprimenda. Ele só aconteceu por duas circunstâncias excludentes: incompetência ou má-fé. Ambas merecem reprimenda. E eu quero, então, ao me manifestar, solidarizar-me com a manifestação de V.Exa., aproveitar que o Presidente da Casa está presente e acrescentar certamente ao pedido ou à proposta que V.Exa. de se fazer a apuração imediata e a punição de quem tem de ser punido. Até porque o servidor desta Casa tem que ter como primeira obrigação o respeito à instituição.

Muito obrigado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço ao Deputado Raimundo Ribeiro pelo aparte.

Encerro aqui e repito: o movimento dos garotos foi e está sendo um movimento que tem a sua importância. Eu estou me revoltando é com o que a Casa fez ao publicar este ato.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 5 |

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal da galeria, pessoal da imprensa.

Venho nesta tarde, Sr. Presidente, informar, com fulcro no art. 82 do Regimento desta Casa, a minha saída da Comissão Parlamentar de Inquérito da CODEPLAN. Eu já estive anteriormente designada e saí, quando foi indicado o Deputado Geraldo Naves para a vaga que seria de ordem do PMDB e achei que, numa CPI que teve origem num governo do DEM, não caberiam dois representantes do Partido Democratas, sendo um deles na vaga do PMDB. Naquele momento, conversei com o Deputado Geraldo Naves e tomei a iniciativa de sair, já que S.Exa. tinha intenção de continuar na CPI. Mais tarde, com a saída do Deputado Alírio Neto, o Presidente da Câmara à época, Deputado Wilson Lima, designou-me outra vez, juntamente com o Deputado Reguffe, para compor a CPI. Na CPI, por meio de um acordo entre seus membros, fui designada presidente.

Já presidi anteriormente uma CPI nesta Casa, a CPI da Saúde, em que mostramos um trabalho sério e de resultados. Assim também estava sendo feito na CPI da CODEPLAN. Com uma perfeita harmonia entre seus cinco membros, todas as decisões estavam sendo deliberadas buscando consenso e uma resposta, realmente, ao clamor da sociedade. Fizemos a convocação do Sr. Durval Barbosa, o qual muitos não acreditavam que compareceria à CPI. Ele veio, permaneceu em parte calado porque deixou algumas declarações para todos, mas compareceu e, assim, o trabalho da CPI seguia.

A CPI, hoje, não tem instalações adequadas para funcionar nesta Casa. Requisitei ao Presidente Cabo Patrício outras instalações, o que S.Exa. prontamente atendeu, permitindo-nos trabalhar na nova sede e ultimando todas as providências para que isso pudesse ocorrer na próxima segunda-feira, inclusive com a instalação dos computadores e da energia elétrica — as mesas já chegaram.

Hoje, nós temos 18 servidores já designados para essa CPI e havia mais quatro servidores solicitados pelo Sr. Relator. Eu esperava o momento mais propício de fazê-lo, mesmo porque entendia que isso desfalaria a seção na qual trabalhavam. Eu aguardava uma resposta para pedir ao Sr. Presidente, inclusive, que fizesse a convocação de alguns concursados para que pudesse funcionar plenamente cada seção da Câmara Legislativa. Contudo, infelizmente, hoje fui surpreendida com uma publicação no Diário Oficial da Câmara Legislativa, assinada pelo Presidente da Casa, fora das suas atribuições, sem que, ao menos, eu tivesse sido contatada para discutir essa iniciativa ou para ser comunicada dessa iniciativa.

O meu perfil é o de uma pessoa que trabalha, que respeita, que estava trabalhando junto com os demais membros da CPI em busca de resultado. Portanto, não posso aceitar esse tipo de atitude. Aceitando esse tipo de atitude, eu estaria me



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 6 |

desrespeitando e, se eu não me respeitar, quem vai me respeitar? Também me preocupa muito que o Presidente da Casa possa, simplesmente, intervir toda vez que o Presidente da CPI ou algum membro da CPI ou a própria CPI tomar um caminho que, de alguma maneira, não corresponda às vontades do Presidente da Casa.

Como vivemos num sistema em que os presidentes se assemelham mais a imperadores do que a líderes democráticos, eu prefiro sair da CPI. E foi assim que fiz. Protocolei na hora do meu almoço, quando vim despachar assuntos da CPI, uma carta informando a minha saída. Quero crer que a isenção com que a CPI vinha trabalhando não se desfará. Saio, também, na certeza de que os trabalhos, com a minha saída, não sofrerão nenhum obstáculo, porque existem suplentes que podem ocupar essa vaga e, se o suplente não a quiser, o Presidente — aí, sim, dentro das suas atribuições — poderá designar outro membro. Se era para haver mais outro membro do PT, está livre o caminho, Sr. Presidente. Está livre o caminho para que a CPI possa tomar o rumo que o Presidente deseja e não o rumo isento, sério, de trabalho, que vinha tendo até então.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui, neste momento, dizer que a intenção de usar esta tribuna no comunicado da Liderança do PT era para tratar exatamente das questões mais importantes sobre as quais esta Casa precisa se debruçar. Eu achava que a intervenção federal e a eleição que ocorrerá no dia 17 de abril deste mês, de fato, tomariam meu tempo hoje na tribuna. Mas, diante do comunicado da Deputada Eliana Pedrosa de sair da CPI, da condição de membro e de presidente, nós não poderíamos deixar de falar sobre este momento.

Eu entendo, Deputada Eliana Pedrosa, que é claro que V.Exa. tem todo o direito, como qualquer Parlamentar desta Casa, de estar ou não dentro de uma CPI. Sabemos e entendemos todos nós que a CPI, pelo volume de trabalho, pela quantidade de denúncias e pelo tempo que a própria CPI se deu para concluir os trabalhos, tem um prazo realmente muito curto. Não temos o prazo que já tiveram outras CPIs, como a da Educação, a da Saúde, que V.Exa. presidiu, e tantas outras que esta Casa já instalou. Eu quero aqui dizer que, independentemente dos motivos que levaram V.Exa. a decidir assim, é importante que a CPI continue com o seu trabalho, representando o anseio da população de investigar todo este escândalo de corrupção que ainda recai sobre esta cidade, que ainda ameaça esta cidade com o fantasma, já não é mais tão fantasma assim, da intervenção.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 7 |

Ontem, o Supremo Tribunal Federal solicitou ao Ministério Público Federal informações de como se daria ou como se dará – não sei exatamente qual foi o conteúdo do despacho do Supremo – a intervenção sobre o Poder Legislativo; sobre o Poder Executivo já está tudo delineado e definido. Quanto ao Poder Legislativo, na dúvida, o Supremo solicitou informações ao Ministério Público, que deve cientificar o STF sobre os procedimentos a serem adotados se ocorrer a intervenção neste Poder.

Então, digo aos Parlamentares desta Casa como são importantes as nossas ações, as nossas atitudes. Esta CPI tem uma importância fundamental neste contexto, como tem a eleição, como tem outras questões que esta Casa vem debatendo. Não posso dizer, diante do tamanho do problema que enfrentamos hoje, que esta publicação feita no Diário Oficial, nobre Deputada Eliana Pedrosa, realmente a leve a esta atitude. Eu até peço a V.Exa. que repense sobre este ponto de vista ou sobre esta decisão. É importante que a CPI continue a funcionar.

Dito isso, é importante lembrarmos que no dia 15 de março aprovamos aqui um plano de trabalho, plano de trabalho este, Deputado Batista das Cooperativas, que trazia um conjunto de servidores, Deputado Reguffe, para poder realizar uma série de ações na CPI. Entre essas ações, estavam previstas as análises documentais, que nós já tínhamos estabelecido como prioridade diante do fato de que a maioria dos depoentes chega aqui com *habeas corpus* e fica calada, como está fazendo na Polícia Federal e no Ministério Público.

Nós já possuímos um volume impressionante de documentos. Quanto a esse conjunto de servidores, na época – recordo-me bem – até apresentamos a quantidade necessária. V.Exa. nos convenceu, na discussão, a tirar aquele quantitativo de servidores para que pudéssemos analisar. Assim, estabelecemos a quantidade a partir da avaliação de cada setor. Eu me lembro bem de que, quando da aprovação por consenso do plano de trabalho, nós estabelecemos o dia 22/03 como prazo final para a composição das equipes. Reiterei a V.Exa., através de um ofício, dois, três dias depois desse prazo final, a necessidade da recomposição dessa equipe. V.Exa. falou sobre a dificuldade de espaço – não possuíamos espaços – e eu argumentei que poderíamos até – eu e V.Exa. conversamos com o Deputado Cabo Patrício –, se fosse o caso, abríamos os nossos gabinetes, retirarmos o nosso pessoal para colocarmos os técnicos; enfim, fazemos todo o esforço necessário para concluirmos essa questão. O trabalho de análise do material, dos documentos realmente está atrasado, muito atrasado, considerando o volume que já recebemos.

Eu quero dizer a V.Exa., sem a intenção de atropelar, mas de agilizar o processo, que solicitei ao Presidente desta Casa que liberasse servidores da área de fiscalização da própria Câmara para iniciar o processo de análise. Eu entendo que não fiz nada no sentido de prejudicar a autoridade de V.Exa., nem a autoridade de qualquer membro dessa comissão. O Deputado Cabo Patrício acatou o pedido que fiz, através do nosso secretário que representa a relatoria da comissão, e assim procedeu. Esses servidores só chegam à CPI para contribuir com as análises



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 8 |

documentais. Eu quero aqui dizer que eu assumo, perante V.Exa., o pedido que fiz. Inclusive, peço a V.Exa. que reconsidere. Não há intenção de prejudicar nem desmoralizar ninguém. A nossa única intenção é dar continuidade ao trabalho, é agilizá-lo, porque toda a sociedade espera que, até o final do primeiro semestre, tenhamos concluído esse relatório.

Deputada Eliana Pedrosa, esse é o sentido e o objetivo dessa CPI, do nosso trabalho; mas é claro que respeito a decisão que V.Exa. tomar. Entendo que a composição regimental tem que ser mantida. O PT não tem de assumir tarefa nenhuma nessa CPI, que já tem inclusive o seu representante na relatoria. Mas, se V.Exa. não reconsiderar o pedido, teremos de recompor o mais rápido possível a CPI para que possamos dar continuidade aos trabalhos. Então, quero aqui fazer de público esse pronunciamento.

Com relação ao pronunciamento do Deputado Milton Barbosa, que falou sobre a publicação, eu até confesso, Deputado Milton Barbosa, que estive lá por volta das 18h para realizar a inscrição do candidato do Partido dos Trabalhadores para governador, o professor Ibañez, e para vice-governador o companheiro Cícero Rola. Eu percebi o tumulto que estava lá. Naquele momento, havia vários partidos. O horário já estava vencendo e todos queriam fazer as inscrições. Independentemente de qualquer coisa, tenho uma avaliação de que a inscrição, seja de quem for, tem que ser feita. O próprio calendário que a Mesa Diretora publicou, fez publicar no Diário oficial, estabelece que depois das inscrições existe uma análise prévia para verificar se aquelas inscrições são válidas ou não. O ato do protocolo é muito formal – o partido chegava lá, rapidamente faziam uma análise dos documentos e protocolavam. Não existia uma análise criteriosa para verificar se o nome do candidato a governador conferia com a inscrição, se ele estava filiado ou não. Não há como fazer isso na hora. É impossível fazer isso na hora. O que está sendo feito, se não me engano, pelo próprio calendário que a Mesa Diretora fez publicar, é a análise dos documentos dos pré-candidatos no dia de hoje.

V.Exa. disse bem: é legítimo o protesto dos estudantes. Quero aqui dizer que é legítimo, realmente, concordando com V.Exa., o protesto dos estudantes. Até achei de bom humor. É um bom humor. Se não me engano, é: Tony Panetone e Bezerra Dourada. Estudante é isso. Temos que acatar. Agora...

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço a aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – V.Exa. está concordando com aquilo que falamos. O que não podemos é, tendo conhecimento de que aquelas candidaturas não existem, dar vida a elas. Não é questão de analisar. A análise, ali, tinha que ser prévia. Todo mundo viu e já sabe o que aconteceu durante esses quatro meses. O que me contraria é que a Casa está contribuindo para mais um achincalhe. Nem o nome do partido se colocou. Os outros todos colocaram. Todo





| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 9 |

mundo sabe qual é o nome desse partido. A pessoa não existe. Aquela que o Código diz. Então, todo mundo já sabia. Concordo que seja um exaurimento (*sic*) deles. Acho que eles estão – se eu estivesse lá, também estaria – em êxtase, porque a Casa deu a eles uma visibilidade muito maior do que a que eles já tinham. Mas o ato depõe contra a Casa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Perfeito. Só quero dizer, Deputado Milton Barbosa, que acho que está esclarecido esse fato. O importante agora é estabelecermos, dentro deste Parlamento, Deputado Benedito Domingos, o que vai sair depois do dia 17 de abril, de uma eleição que tem como eleitores vinte e quatro Parlamentares. Essa eleição, independentemente das nossas vontades, muitas vezes até das nossas – eu diria – incompreensões, dos nossos atritos, Deputada Jaqueline Roriz... É importante que debatamos com a devida calma esta eleição, porque sabemos que o Brasil inteiro vai estar de olho nesta Casa, no dia 17 de abril.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Faço um aparte justamente com relação aos dois temas que foram debatidos aqui, no Comunicados de Líderes, hoje. Começo com relação à questão das inscrições aos cargos de governador e vice-governador do Distrito Federal, em uma eleição indireta que vai se realizar aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Tomamos todo o cuidado com esse assunto. Digo nós, porque não só a Mesa Diretora, mas todos os Parlamentares desta Casa têm participado de todas as discussões, inclusive visitando o STF, o Ministério da Justiça, o TRE, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, todos os órgãos que podem nos auxiliar e até nos orientar para que esse processo seja transparente e democrático. E a Mesa, ao baixar um ato, um ato democrático, que segue a Constituição Federal, que segue a legislação eleitoral federal, inclusive com todas as resoluções do TSE... É bom lembrar que o ato é justamente isso, até porque ele terá reflexo, em alguns dias, em algumas semanas, na aprovação, nesta Casa, em primeiro e segundo turnos, Deputado Milton Barbosa, de um projeto de lei que vai regulamentar as eleições indiretas no Distrito Federal, adequando a Lei Orgânica do Distrito Federal, que foi alterada por meio do PELO nº 40, aprovado por esta Casa. A Câmara Legislativa, os 23 Parlamentares que estão no exercício do mandato tiveram a coragem de alterar a Lei Orgânica e, ao invés de dar posse de imediato ao Deputado Wilson Lima, Presidente desta Casa, que está em exercício no Governo do Distrito Federal... Então, as regras estabelecidas no ato são muito claras, Deputado Paulo Tadeu. A Câmara recebeu as inscrições no dia 7, como foi feito ontem, e, no dia 8, no dia de hoje, elas foram publicadas no Diário Oficial. O servidor tem a obrigação de lavrar uma ata e publicá-la no Diário da Câmara, porque assim está estabelecido no ato...



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 10 |

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Deputado Paulo Tadeu, permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Só ressaltando esse § 2º do art. 4º, que diz que o dia 8 de abril de 2010 é a data para a publicação, no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, das chapas inscritas, com a documentação comprobatória das condições de elegibilidade. Então, teriam que estar elegíveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Jaqueline RORIZ, V.Exa. acaba de reforçar o que estou dizendo aqui. No dia 7, qualquer candidato a governador e vice-governador, Deputado Paulo Tadeu, tem que apresentar toda a documentação de elegibilidade, de acordo com a legislação. Isso, no dia 7, que é o dia da inscrição. E essa documentação tem que ser acatada por esta Casa, por um servidor do Protocolo da Câmara Legislativa e pela Assessoria de Plenário, que recebe as inscrições. É necessário também que seja lavrada uma ata, conforme foi feito, e publicada no Diário da Câmara Legislativa, para que, no dia 8, no dia de hoje, qualquer partido, qualquer cidadão que queira impugnar qualquer inscrição de candidatura, possa entrar com um requerimento na Câmara Legislativa. Hoje, em um Diário suplementar, que será publicado até as 16h, será publicada, além da inscrição de cada candidato a governador e a vice-governador, Deputado Paulo Tadeu, a documentação. E essa documentação, após publicada no Diário da Câmara Legislativa de hoje, em suplemento, será analisada pelos órgãos técnicos, conforme prevê o ato da Mesa. A Procuradoria da Câmara Legislativa formulará o embasamento legal para que a Mesa Diretora, que é o Colégio Eleitoral, possa, até o dia 13, na reunião já convocada para as 10h, decidir as impugnações ou homologações de qualquer candidatura, seja porque não atendeu ao requisito de partido político, de filiação partidária, de domicílio eleitoral, ou porque não entregou o restante da documentação, exigida pela legislação eleitoral federal. A Mesa Diretora, que funcionará como Colégio Eleitoral no dia 13, às 10h, é quem fará qualquer impugnação.

Portanto, por mais que haja divergências – isso é normal, pois esta Casa é formada por 24 Parlamentares –, está-se cumprindo um requisito legal.

Esse é o ponto referente à questão das eleições que eu queria esclarecer.

Quero também falar a respeito da CPI, até porque fui citado pela Deputada Eliana Pedrosa. Serei breve.

O poder, realmente, gera imperadores e imperatrizes. Cada um age como acha melhor e de acordo com a sua conveniência.

Na verdade, eu, como Presidente em exercício desta Casa, só quis dar celeridade ao processo ao disponibilizar uma sala na sede nova. Designamos todos



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 11 |

os servidores solicitados pela Deputada Eliana Pedrosa e pela Relatoria da CPI, ontem. Isso, sem nenhum ônus para esta Casa, afinal, são servidores da Câmara Legislativa. Reconheço a importância do trabalho que a CPI tem que desempenhar e que desempenhou até agora. Ouvei o depoimento do Durval Barbosa e de outros empresários, que não declararam nada em função de *habeas corpus* conseguido na Justiça. Mas a CPI fez um excelente trabalho até agora, sob a Presidência da Deputada Eliana Pedrosa, e pode chegar ao seu final com um excelente resultado, um excelente relatório, que poderá trazer aquilo por que a sociedade tanto anseia.

Então, Deputado Paulo Tadeu, ontem, na Casa, foi um dia atípico. Tivemos 11 inscrições de candidaturas para governador e vice-governador. Assinei todos os atos no final do dia, entre 19 e 22 horas. Por ter sido um dia atípico, não fiz contato com a Deputada Eliana Pedrosa. Pode até ter sido um erro meu, um equívoco, não ter ligado para S.Exa. Mas a Deputada Eliana Pedrosa tem um grande serviço a prestar na Comissão Parlamentar de Inquérito. Pode, inclusive, indicar outro membro do DEM para dar continuidade ao seu trabalho, a fim de que a Câmara Legislativa possa prestar todos os esclarecimentos à sociedade do Distrito Federal.

Não creio que um ato administrativo irá paralisar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Até porque esta Presidência, Deputado Paulo Tadeu, dará condições a qualquer comissão temporária ou permanente desta Casa de trabalhar dignamente.

Muito obrigado pelo aparte e pela paciência de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Agradeço a V.Exa. o aparte, Deputado Cabo Patrício.

Hoje, confesso, Sr. Presidente, que estou realmente paciente. Isso é bom para o momento que vivemos no Distrito Federal, pois poderemos, assim, resolver as situações que enfrentamos.

Ontem, recebemos a inscrições de 10 chapas. Todas elas com a legitimidade que lhes confere o poder constitucional estabelecido não somente pela Lei Orgânica, mas principalmente pela nossa Constituição Federal. Espero que, a partir de hoje, possamos trabalhar no sentido de construir, Deputado Cabo Patrício, Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Milton Barbosa, que são membros dessa Mesa, a vitória de uma chapa que possibilite uma ampla maioria capaz de ter como objetivo sanear todo esse esquema de corrupção que gerou essa crise no Distrito Federal, fazer o que o Deputado Reguffe tem dito sobre prestar contas para a sociedade por meio da publicação de toda a execução orçamentária de maneira transparente, expondo para a sociedade os números e a própria política pública para que a sociedade possa acompanhar o que está acontecendo em todos os setores do Distrito Federal, não utilizar a máquina pública em proveito de a, b ou c. Temos de ter a capacidade de construir um governo de transição para preparar esse governo para o próximo governador que será eleito



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 12 |

democraticamente pela população de Brasília. Esta Casa tem uma grande responsabilidade de agir politicamente em torno dessa eleição. Não podemos assistir a negociações que depois envergonhem o Distrito Federal. Não podemos assistir a pagamentos ou compras de votos nessa eleição. Não podemos aceitar esse tipo de coisa. Sabemos que, do ponto de vista democrático, é legítimo que os partidos que porventura venham compor uma frente tenham a participação nos destinos desse governo. Isso é extremamente legítimo em qualquer lugar do mundo, aqui, no Governo Federal, em qualquer município: ter a participação, participar dos destinos desse governo que vai durar apenas oito meses. Não estou falando sobre isso, porque isso é legítimo; o que estou falando é o “dando que se recebe”, as negociatas que podem manchar essa eleição, envergonhar ainda mais a cidade e dar um passo decisivo não só para a intervenção, mas para a própria autonomia política do Distrito Federal.

Quero fazer esse chamado para que possamos construir nos próximos dias uma eleição limpa, isenta, transparente. Que possamos construir a vitória de um governo que, durante apenas oito meses, terá um compromisso muito grande de fazer a transição, construir ações de transparência, como vem dizendo o Deputado Reguffe. Queremos discutir com todos os partidos, com todos os Parlamentares, de maneira legítima e transparente esse processo, com todas as forças, com todos os Deputados e com todos os partidos.

Era esse o meu comunicado, Sr. Presidente. Agradeço o tempo concedido por V.Exa. nesta tarde a mim.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputado Paulo Tadeu.

Deputado Reguffe, V.Exa. deseja usar os Comunicados de Líderes?

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar a V.Exa. que, com base na combinação dos artigos 49 e 77 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a partir da publicação da saída da Deputada Eliana Pedrosa da Comissão Parlamentar de Inquérito, fica atribuída a mim, na condição de vice-presidente, na condição de presidente em exercício, a decisão de marcar a data para a eleição do novo presidente. Com vista a dar celeridade ao processo — essa publicação deve sair amanhã —, aviso à imprensa e a todos os presentes que marcarei para a próxima quarta-feira, às 10h, na reunião ordinária da CPI, a eleição do novo presidente.

Quero pedir ao partido que detém essa vaga que indique o novo membro. Caso ele não indique, que o presidente desta Casa, Deputado Cabo Patrício, indique



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 13 |

um novo membro imediatamente. Quero dizer que, no que depender de mim, mesmo que não seja indicado o quinto membro, na quarta-feira da semana que vem, eu farei a eleição do novo presidente da CPI. A sociedade do Distrito Federal, a população do Distrito Federal reclama com toda razão uma posição do seu Poder Legislativo. Esta CPI, de que eu não fazia parte da composição inicial – passei a fazer parte durante a Comissão com a saída de alguns membros –, tem obrigação de dar um resultado para o contribuinte do Distrito Federal, para a população do Distrito Federal. Reconheço que as investigações na Polícia Federal e no Ministério Público estão muito mais avançadas do que a nossa na CPI, mas a CPI pode, sim, fazer um trabalho sério, uma investigação séria, investigando todos os tentáculos desse *big* esquema de desvio de dinheiro público.

A CPI tem de cumprir essa função, vai cumprir no que depender de mim, e quero marcar para a próxima quarta-feira. Muita gente pergunta o porquê da CPI se o governador já saiu e o vice-governador também. Governador e vice-governador dependem de Comissão Especial, dependem do *impeachment*, é outra coisa. O processo dos Deputados é Comissão de Ética. CPI investiga governador, vice, investiga para trás, investiga secretários de Estado, investiga empresários, servidores públicos; então, a CPI pode, sim, dar uma resposta para o contribuinte do Distrito Federal, fazer um trabalho sério e propor que se iniciem várias pessoas que lesaram o contribuinte do Distrito Federal, que lesaram esta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Muito obrigado, Deputado Reguffe.

Deputado Benedito Domingos, V.Exa. quer usar a palavra? (Pausa.)

Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. quer usar a palavra? Há algum tema importante a ser discutido, V.Exa. que é um grande advogado? (Pausa.)

Há no plenário 7 Deputados. Temos projetos importantes para votar. Temos um crédito, o Projeto de Lei nº 1.542, que já está há quase um mês para ser votado. Temos notado que sempre na hora da votação há um problema com quórum. Eu vou passar para o nosso Presidente. Eu queria passar o problema para o nosso Presidente, mas...

Eu só queria dizer que precisamos estar com esses projetos aqui; precisamos estar aqui presentes para votar. Há pessoas que não gostam que falemos, Deputado Paulo Tadeu, mas estamos com graves problemas de quórum. Está difícil o quórum na Casa. Inclusive, o Governador Wilson Lima tem de decidir quem é o seu Líder, ainda que estejamos vivenciando um tempo eventual que poderá se tornar definitivo ou não, vai depender da votação. Mas o fato é que estamos com muita dificuldade, esta Casa precisa se reencontrar. E o Deputado Batista das Cooperativas não quer falar também. Não há condição de realizar nenhum trabalho no plenário porque não há quórum para deliberação.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 08 04 2010 | 15h35min | 26ª Sessão Ordinária | 14 |

Em não havendo quórum, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h29min.)

*Este texto não substitui o publicado no **Diário da Câmara Legislativa**
nº 70-Suplemento, de 20/04/2010.*